



O presidente Sarney, à cabeceira da mesa, preside a reunião do Conselho Político no Planalto; à sua direita, Cardoso fala

## Sarney pede consenso entre PMDB e PFL

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney disse aos líderes do PMDB e do PFL na Câmara e no Senado que os dois partidos têm que chegar a um acordo em relação a cinco propostas polêmicas no Congresso constituinte: sistema de governo, estabilidade no emprego, jornada de quarenta horas semanais para os trabalhadores, reforma agrária e anistia para os militares punidos pelo regime militar. O recado foi dado durante a reunião do Conselho Político, ontem à tarde.

Participaram da reunião os senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e Carlos Chiarelli (PFL-RS), os deputados José Lourenço (PFL-BA), Luiz Henrique (PMDB-SC) e Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) e os ministros Paulo Brossard (Justiça) e Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil). O presidente Sarney tem posição fechada contra todos os últimos quatro itens que apresentou ao conselho, admitindo discutir apenas o regime de governo. Ele tem afirmado ser presidencialista, mas aceitaria um parlamentarismo misto, com um primeiro-ministro esvaçado, ainda para o seu governo, como última alternativa para a crise política.

A reunião durou duas horas e meia e o tema principal foi o plano Bresser. O presidente, os líderes e os ministros concluíram também que a única forma de dar um contorno lógico e coerente à futura Constituição é através do acordo entre o

### Objetivo do Conselho é auxiliar presidente

O Conselho Político é um órgão consultivo da Presidência da República, com o objetivo de auxiliar o presidente em suas decisões e, ao mesmo tempo, dotar o governo de um canal político de diálogo com as lideranças partidárias. Além do presidente, participam do Conselho Político os líderes dos dois maiores partidos no Senado e na Câmara, o ministro-chefe do Gabinete Civil e o ministro da Justiça. Não há periodicidade determinada para as reuniões.

Sarney já reuniu doze vezes o Conselho Político. A primeira foi no dia 12 de março de 1986, reunindo Carlos Chiarelli e José Lourenço, pelo PFL, Pimenta da Veiga e Humberto Lucena, pelo PMDB, e os ministros Marco Maciel (Gabinete Civil) e Paulo Brossard (Justiça).

PMDB e o PFL. E a conversa, todos concordaram, deve começar pelos cinco pontos citados por Sarney.

O deputado José Lourenço, referindo-se ao comício pela antecipação das eleições presidenciais, na terça, disse que "Lula e Brizola, como estrelas políticas, devem estar perdendo a luz, porque o público foi insignificante e não deu para assustar". O próprio Sarney confessou

### Reuniões só tiveram importância em 1986

Embora contem com a participação de várias das lideranças mais expressivas do país, as reuniões do Conselho Político nunca tiveram importância efetiva na conjuntura. O órgão só foi ativado com mais frequência durante o Plano Cruzado, em 1986, quando as reuniões eram mensais. Não havia divergências e os líderes disputavam o direito de dar entrevistas como porta-vozes de um governo no auge da popularidade. A partir de agosto de 1986, com o acirramento da disputa eleitoral entre o PMDB e o PFL, presidente Sarney resolveu suspender as reuniões. Este ano, Sarney tem reunido pouco o Conselho — apenas três vezes: 20 de fevereiro, 7 de abril e ontem, 8 de julho. Após a maioria delas, apenas os pefelistas deram entrevistas.

que, pela importância das lideranças que puxaram o comício, esperava uma quantidade muito maior de pessoas.

José Lourenço disse que o anteprojeto da Comissão de Sistematização, preparado pelo deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), não foi criticado durante a reunião.

Leia mais notícias sobre o Conselho Político na pág. A-23.

# Arinos entra em confronto com Cabral e quer revisar emendas rejeitadas

Da Sucursal de Brasília

Inatisfeito com o critério de seleção das emendas apresentadas pelos constituintes ao anteprojeto da Constituição, o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), entrou ontem em confronto com o relator da Comissão, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Arinos está disposto a revisar todas as 4.280 emendas rejeitadas, por alterarem o conteúdo dos artigos. Ele está sendo pressionado pela deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), que disse não ter havido "uma definição prévia do que era emenda de mérito".

Apesar de não querer falar sobre o assunto, Afonso Arinos admitiu que está examinando, em seu gabinete, as 5.607 emendas apresentadas. No início da noite de terça-feira, Arinos manifestou discordância com o trabalho feito pelos técnicos do Sistema de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), coordenados pelo chefe de gabinete do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), Eduardo Jorge. Nos últimos dias, Sandra Cavalcanti e o deputado Konder Reis (PDS-SC), analisaram as emendas encaminhadas e listaram cerca de mil que não foram aceitas.

"Se ampliar o número, tudo bem. Se eles descobrirem uma emenda de adequação que não acatamos, ótimo.

## Congresso no RS debate sistema de governo no Brasil

Da Sucursal de Porto Alegre

O ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF), Clóvis Ramallete, 74, defendeu ontem o presidencialismo no painel "Parlamentarismo ou Presidencialismo: A Opção Brasileira", durante o 8º Congresso Brasileiro de Direito Constitucional, que se realiza até amanhã, em Porto Alegre (RS). A opção parlamentarista foi sustentada pelos professores Celso Bastos e Rosah Russomano.

Ramallete disse que a estabilidade do parlamentarismo nos países europeus não decorre do regime de governo, em si, mas das condições econômicas desfrutadas por aqueles países. Para ele, um país continental como o Brasil "precisa de continuidade no governo, o que não ocorre no parlamentarismo".

O professor paulista Celso Bastos, diretor geral do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, alegou que o presidencialismo "só deu certo, por questões culturais, nos Estados Unidos. Nos demais países que o adotam, ele é uma capa para regime autoritário". A professora Rosah Russomano, que é parte da "comissão dos notáveis", defendeu um parlamentarismo "atenuado".



O relator Bernardo Cabral e o presidente da Sistematização, Afonso Arinos

Simplemente, ela passou por nós", disse o senador José Ignácio Ferreira (PMDB-ES), um dos relatores-adjuntos de Cabral. Entretanto, Ferreira, que foi o único a admitir que existe um confronto entre Arinos e Cabral, afirmou que "seria humanamente impossível" para Arinos examinar todas as emendas. Segundo ele, o trabalho de seleção foi feito por quarenta "técnicos" do Prodasen, que "não são partidários nem de Arinos nem de Cabral".

O deputado Expedito Machado (PMDB-CE) disse ontem que dispunha apenas de 43 assinaturas para apresentar um projeto de resolução à mesa do Congresso constituinte, pedindo alteração no regimento interno. Representando o "Centro Democrático", que reúne a ala moderada do

PMDB, Machado quer permissão para encaminhar emendas de mérito ao anteprojeto de Cabral e sugere a ampliação em trinta dias no prazo que Cabral dispõe para apresentação de seu relatório.

"Poderíamos abrir uma ampla negociação nessa fase. O texto que sair da Comissão da Sistematização será a nova Constituição", afirmou Machado. Até o final da tarde de hoje, ele pretende arregimentar 94 assinaturas e apresentar o documento ao deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e do Congresso constituinte. "Nós queríamos ter 280 assinaturas para viabilizar a aprovação do projeto", disse Machado, que acrescenta contar com o apoio de "parlamentares de quase todos os partidos".

## Calendário de debates pode ter definição hoje

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), prometeu dar hoje uma resposta à proposta feita pelo deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), de organização da ordem do dia para as sessões do plenário. Plínio cobrou de Ulysses, em discurso no plenário, uma resposta ao seu pedido, que foi apresentado no final da semana passada. Ulysses respondeu que hoje o assunto estaria definido.

A proposta do deputado petista estabelece um calendário para os debates na fase de plenário do Congresso constituinte, que se inicia no dia 15 deste mês. Os principais temas — como a reforma agrária, o sistema de governo, o papel das Forças Armadas — teriam, assim, datas definidas para sua discussão pelos constituintes.

Ontem um grupo de parlamentares do PMDB procurou Plínio Sampaio para manifestar seu apoio à proposta. Comandavam o grupo os deputados Jorge Hage (BA) e Otávio Eliseo (MG), que disseram estar falando também em nome de Pimenta da Veiga (MG) e de Egídio Ferreira Lima (PE).

QUANTOS FORAM AO PLENÁRIO ONTEM	
<b>PRESENTES</b>  <b>27</b>	<b>AUSENTES</b>  <b>532</b>
<b>Senado</b>	<b>em recesso</b>
<b>Câmara dos Deputados</b>	<b>em recesso</b>
<b>PRESENTES</b>  <b>Assembléia Legislativa</b>	<b>AUSENTES</b>  <b>em recesso</b>
<b>Câmara Municipal</b>	<b>em recesso</b>